

FISCHER, Michael. *Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica*. Tradução: Luiz Fernando Dias Duarte e João de Azevedo e Dias Duarte. Rio de Janeiro, Zahar, 2011, 294 pp.

Daniela Feriani
Universidade Estadual de Campinas

O que a antropologia tem a dizer sobre o novo mundo cosmopolítico em que vivemos e o que as novas formas de organização social trazem para o fazer antropológico? A partir da ênfase na relacionalidade, Michael Fischer¹ se propõe a pensar nos caminhos – de seixos e labirintos – das antropologias vindouras na era tecnológica, mostrando como as formas emergentes de vida tanto exigem, animam e merecem as análises culturais quanto lançam desafios às mesmas. Entre os desafios, a reconfiguração do conceito de cultura e de etnografias para que deem conta dos conflitos, das diferenças, das emoções ambivalentes e das negociações frágeis que estão sendo construídos e experimentados nessas novas formas institucionais de globalização e modernização.

É preciso inserir *Futuros antropológicos* em uma trajetória acadêmica que se propõe a questionar os paradigmas clássicos da antropologia, exigindo um novo aparato metodológico, epistemológico e ético. Michael Fischer foi um dos colaboradores de *Writing Culture*, organizado por James Clifford e George Marcus, que reuniu antropólogos e teóricos literários empenhados em criticar as convenções e a política textual da etnografia, refletindo sobre o modo como a autoridade do antropólogo é construída e exigindo uma revisão do conceito de cultura enquanto totalidade autônoma e integrada. Após quase 25 anos da publicação de

Writing Culture, Futuros antropológicos propõe novos desafios para a análise cultural.

O livro é dividido em prólogo, no qual o autor apresenta as ideias principais e como elas estão organizadas, quatro capítulos e conclusão. O primeiro capítulo – “A cultura e a análise cultural como sistemas experimentais” – mostra a trajetória do conceito de cultura até chegar naquele proposto pelo autor, inspirado nos estudos de ciência. No segundo capítulo – “Quatro genealogias culturais (ou testes genealógicos de haplótipos) para uma antropologia recombinante da ciência e da tecnologia” –, o autor identifica as apostas-chave atuais para uma antropologia da ciência e da tecnologia mais rica, crítica e global. O terceiro capítulo – “Não pergunte o que é o homem, mas o que se pode esperar dele” – faz um diálogo intenso com a filosofia, principalmente de Kant, para mostrar os fundamentos filosóficos e pragmáticos da antropologia, o que faz dela central para se compreender a mutabilidade da vida e, ao mesmo tempo, a menos científica das ciências sociais. No quarto capítulo – “Mensagens das antropologias vindouras: seixos, pardais, labirintos e vinhetas etnográficas” –, Fischer retoma a questão central que perpassa todo o livro – os desafios das análises culturais no mundo contemporâneo – e a discute, com muita criatividade, a partir de exemplos políticos, sociais, artísticos e literários. Por fim, “Conclusão e novo rumo: cosmopolitismo, cosmopolítica e futuros antropológicos” lança os argumentos principais para as possibilidades futuras e faz um balanço do que foi apresentado.

O livro atravessa diversas áreas do conhecimento – antropologia, filosofia, linguística, literatura, arte –, além de diferentes correntes teóricas – marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, hermenêutica –, e faz um apanhado extenso de estudos e autores – são quarenta páginas de referências bibliográficas – como Arendt, Kant, Geertz, Derrida, Foucault, Beck, Latour, Haraway, Rabinow, Taussig, Lyotard, Adorno,

Deleuze, Veena Das, Habermas, Mary-Jo Good e muitos outros. O objetivo é fazer a antropologia dialogar não só com as ciências sociais, mas também com as humanidades de uma maneira “plenamente ambivalente”, nas palavras do autor, mostrando que há múltiplas antropologias e que o foco não deve ser exclusivamente euro-americano.

Para Fischer, não podemos mais nos contentar com os discursos generalizantes sobre a globalização, a alienação do mercado, a tecnificação da vida. O contexto atual aproxima todas as partes do planeta em uma interação policêntrica ampla e desigual, na qual as culturas criam expectativas umas em relação as outras e novas éticas multiculturais surgem a partir disso na tentativa de responder a questões que se tornaram transnacionais sem perder seus contextos locais. As formas emergentes de vida superam as pedagogias em que fomos treinados, exigindo a formulação de novos conceitos e de novas formas de compreensão cultural. Entre muitos exemplos, um dos mais interessantes é o da genômica, que mudou a nossa concepção de doença: se antes a considerávamos como um desvio ou anormalidade da saúde, agora reconhecemos que somos todos “pacientes potenciais”, levados a examinar a lógica cultural da nossa condição.

Valendo-se dos conceitos de reflexividade e de risco de Ulrich Beck, Fischer mostra como mudanças nas ciências da vida e conflitos morais a respeito das novas tecnologias científicas como, por exemplo, a pesquisa de células-tronco, os testes clínicos globais, o fornecimento de medicamentos para combater a Aids, a defesa do meio ambiente e os cuidados de saúde, criam “platôs éticos”, terrenos em que “as decisões sobre a vida e a morte, sobre o que importa e o que é considerado menos importante” (p. 67) são tomadas por indivíduos de todos os lugares do mundo, os quais se organizam tanto em instituições estatais, como UE, OTAN, ONU, Corte Internacional de Justiça, quanto em organizações não governamentais, como ONGs, Fóruns Sociais Mundiais, sindicat-

tos, grupos de ativistas, comitês de ética, meios de comunicação, como blogs e outros dispositivos tecnológicos. São os “novos movimentos sociais”, a formação de um campo cosmopolítico de experiências e aprendizados de formas de lidar com as diferenças através do paradoxo do reconhecimento das mesmas e da competição entre elas, em que se aciona argumentos culturais e transnacionais. A noção de paradoxo passa a ser central para a compreensão e a vivência nesse novo cenário – a própria ordem cosmopolita é ameaçada quando não é desafiada. Se vivemos em uma época de paradoxos, a antropologia também deve ter o próprio paradoxo como objeto analítico, de modo a compreender a racionalidade entre local e global, cultura e história, indivíduo e sociedade, superando, assim, as dicotomias que tanto já atraíram as análises dos cientistas sociais.

As formas emergentes de vida e as instituições sociais reflexivas que as abrigam tanto exigem as análises culturais quanto são delas que dependem os futuros antropológicos. Para Fischer, a antropologia tem tanto um *status* filosófico quanto um viés pragmático, ou seja, ela pode ser útil para guiar e julgar, a partir da prudência, ações globais e de longo prazo. Ao buscar em Immanuel Kant esse duplo caráter, mostra como antropologia e filosofia estão em diálogo quando se pretende não só explicar o ser humano, mas, principalmente, quando se pergunta o que se pode esperar dele. A partir do conceito kantiano de “sociabilidades insociáveis”, Fischer argumenta que a antropologia deve saber lidar com os antagonismos, as diferenças de valor, as competições e as negociações frágeis da humanidade. Segundo ele, aprender com as catástrofes se tornou uma necessidade recorrente e é Kant quem primeiro sugere que essa capacidade provém de uma sensibilidade antropológica de pensar a partir de outros pontos de vista.

Mas como fazer antropologia nesse novo contexto? Os conceitos e métodos clássicos darão conta das novas formas culturais e sociais do

final do século XX? Fischer defende o uso do conceito de cultura – apesar de parecer preferir o termo “cultural” – e da etnografia nas antropologias vindouras. Para ele, o conceito de cultura ainda pode ser utilizado no mundo contemporâneo, mas precisa ser cada vez mais relacional, plural e consciente de sua historicidade. “A cultura não é uma variável; a cultura é relacional, ela está em outro lugar ou de passagem, ela está onde o significado é tecido e renovado, frequentemente em lacunas e silêncios, e de forças para além do controle consciente dos indivíduos [...]” (p. 68).

Fazendo uma analogia com os estudos de ciência, o autor toma o novo conceito de cultura como um sistema experimental, aberto ao jogo de possibilidades das formas emergentes de vida e capaz de criar novos objetos epistêmicos ao permitir que novas realidades possam ser vistas e desenvolvidas enquanto mudam seus parâmetros. Apropriando-se da metáfora do labirinto de Hans-Jörg Rheinberg, a análise cultural do mundo contemporâneo nos obriga a um movimento por meio de ensaios, apalpadelas e tateamentos, em que nos é permitido testar nossos conceitos antropológicos.

A revisão da análise cultural se insere em um debate mais amplo sobre o lugar do antropólogo na produção de conhecimento do outro (ou outros) – o quê, como, para quê e quem se conhece. Se as críticas ao conceito de cultura se inserem nesse contexto e são fundamentais para se combater o problema do essencialismo e a rigidez das análises, a ênfase nas diferenças não pode ser vista como necessariamente uma fixação das mesmas, sob o risco de substituir uma ilusão por outra: ao invés da essencialização, o apagamento ou a banalização das diferenças. Fischer toma a análise cultural enquanto instrumento analítico de apreensão do emergente, um sistema aberto às possibilidades, experiências e aos aprendizados das formas de vida em (des)construção nos novos cosmopolitismos.

As análises antropológicas que pretendam dar conta desse novo cenário devem adotar a “perspectiva de joalheiro”: “a capacidade de ressaltar as diferentes facetas, mas também um contínuo movimento de váivém entre enquadramentos de primeiro plano (feitos com lupa) e recuos que permitam uma visão mais global” (p. 21). Nesse sentido, a etnografia permanece uma ferramenta vital para a compreensão do nosso mundo de mudanças velozes e relações cosmopolíticas, uma vez que estas estão sempre articuladas em seus contextos históricos.

Fischer nos fornece um belo exemplo, entre outros, de como articular dialeticamente o local e o global para se apreender o novo contexto. Trata-se de uma parábola sobre os pardais do escritor indiano Abul Kalam Azad. Fischer a conta do seguinte modo:

[Os pardais] vêm pousar em sua caserna cobrindo sua mesa e o chão com os restos de seus ninhos, suas íntimas nuvens de poeira. Incapaz de resistir a esses invasores e inimigos – eles sempre retornam –, Azad é forçado a se adaptar a seus vizinhos, que acabam se tornando hóspedes. Nessa mudança de linguagem e de atitude, Azad começa a oferecer comida, atraindo os pássaros para cada vez mais perto. O jogo só é possível com uma dissimulação mútua, “o homem fingindo desinteresse pela aproximação dos pássaros, e os pássaros [...] fingindo desinteresse por suas ofertas de comida, à medida que voam, revoam e a ladeiam muitas vezes, antes de sua abordagem final”. Azad se faz de pedra e eles acabam por pousar em seus joelhos e em seus ombros, voando ao menor movimento ou som (pp. 181-182).

Chamando-o de microexemplo e de vinheta etnográfica², Fischer vê no conto dos pardais a “perspectiva do joalheiro” da etnografia – o trabalho detalhado e a pausa para a reflexão sobre o contexto. A hospitalidade aos pardais depende “[...] de negociações frágeis, mas críticas, de emoções, de confiança e de cálculo entre diversidades, alteridades e con-

trovérsias” (p. 190). Os futuros antropológicos dependem do acesso a essas “sociabilidades insociáveis” das formas de vida precursoras e emergentes. Para Fischer, esses outros – ao mesmo tempo inimigos e vizinhos, invasores e hóspedes – não podem (mais) ser ignorados. Não só não podem ser ignorados – estão em constante contato nessa ordem cosmopolita –, como a análise cultural “[...] exige esforços generosos para dar conta do ‘ponto de vista nativo’ de uma forma que os nativos reconheçam como correta e que enseje o contexto do trabalho dos intérpretes, nativos ou não” (p. 72).

O que significa, na prática, os nativos, para usar a expressão do autor, reconhecerem a análise como correta e quais as implicações disso para o trabalho dos antropólogos? Ainda que a intenção de tomar o outro como também produtor de conhecimento sobre si e sobre nós, antropólogos, seja interessante para nos tornarmos menos arrogantes em nossas análises e mais críticos de nossa própria posição, o autor parece acreditar na possibilidade de um diálogo aberto e franco entre pesquisador e pesquisado, dando, ainda, a este último uma maior credibilidade para reconhecer – ou não – a análise do antropólogo como correta, como se o fato de ser nativo fosse suficiente para compreender a si próprio e aos seus. Se a autoridade do antropólogo como mediador e produtor de conhecimento é posta em questão, por que a do nativo também não seria? É possível apreender o ponto de vista nativo? Ele existe, afinal?

Apesar de reconhecer o perigo da ocidentalização de conceitos antropológicos, Fischer não problematiza o outro lado da moeda – os nativos ditando o que pode e o que não pode, o que é certo e o que é errado na análise cultural. Aliás, não se pergunta que nativos são esses, caindo na velha armadilha do essencialismo e da etnografia como representação. Os Comarrof (2010) criticam a redução da pesquisa antropológica a um exercício de “intersubjetividade”. Para eles, essa redução é um produto do humanismo moderno, de uma visão de mundo ociden-

tal, e tratar a etnografia como um encontro entre *um* observador e *um* outro seria fazer da antropologia uma “entrevista global etnocêntrica”³.

O espírito de *Futuros antropológicos*, porém, é outro. Ao tomar as vinhetas, as anedotas e os incidentes etnográficos como portas em um labirinto, Fischer reconhece a incompletude, a contingência e a abertura do fazer antropológico. “[...] Como um seixo solto pode fazer falsear o pé [...]”, as narrativas etnográficas, através desses “lugares menores” – os microexemplos, assim como os contos, na literatura –, podem incomodar os discursos hegemônicos, causando vertigem e inquietação ao mostrar fissuras, negociações e transformações, além de dar voz a outras formas de reconhecimento. De afirmação de identidade e subjetividade, a antropologia passa ao registro de deslocamentos, conflitos, paradoxos, ambivalências.

Há livros que precisam de tempo para ser digeridos. *Futuros antropológicos* é um deles. Um livro para ser pensado, estudado, consultado. Se, em uma primeira leitura, o tom eclético e sofisticado do livro cerca o conteúdo com uma aura nebulosa, com a releitura e a reflexão essa aura vai se desmanchando para dar lugar aos deslumbramentos e às inquietações que somente um bom e denso livro nos proporciona.

Notas

- ¹ É professor de antropologia e de estudos da ciência e da tecnologia no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Fez trabalho de campo em Jamaica, Irã, Índia e EUA. É autor, entre outros livros, de *Emergent Forms of Life and the Anthropological Voice*, de 2003, premiado com o Senior Book Prize da American Ethnological Society, e, juntamente com George Marcus, de *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*, de 1986.
- ² O livro é repleto do que o autor chamou de vinhetas, anedotas, incidentes etnográficos. Como uma forma de exercício antropológico, Fischer toma-os como

questões de método, “[...] ou seja, nascentes, experimentais e musicais, ainda não ligadas a uma rotina [...]”, como microexemplos que “[...] podem ser cultiváveis, investimentos e sementes para retornos futuros, futuros antropológicos de um ponto de vista pragmático.” (p. 163). Nesse sentido, a leitura de Hannah Arendt em Teerã, em 2007, quando Fischer é convidado para palestras no Instituto de Filosofia de Teerã e se intriga com o interesse dos alunos por Arendt e os quadros do artista iraniano Parviz Yashar – particularmente *O senhor das ilusões e Expulsão do Paraíso* –, os quais evocam a nostalgia sentida pela perda do bairro cosmopolita de Sheikh Hadi, em Teerã, foram tomados como “[...] vinhetas que podem revelar os circuitos reflexivos, transnacionais e diaspóricos do cosmopolitismo [...]” (p. 163), sendo mensagens trocadas entre as antropologias passadas e as futuras, abrindo o leque de possibilidades das análises culturais.

- ³ Jean Comarrof e John Comarrof, “Etnografia e imaginação histórica”, *PROA – Revista de Antropologia e Arte*, vol. 1, n. 2, 2010.